



Dia Nacional do Estudante – Importância do Passado no Presente

O ano de 2019 iniciou-se numa conjuntura em que na vida dos estudantes se continuam a apresentar inúmeros desafios para o seu acesso e frequência no Ensino Superior. Apesar dos recentes avanços alcançados, como a redução do tecto máximo das propinas para 856€, que deve ser reconhecido enquanto positivo, muitas das dificuldades e constrangimentos, bem como a ausência de uma visão global para o Ensino Superior, mantêm-se.

A perpetuação destes mesmos entraves é a prova de que, não obstante a diminuição das propinas de licenciatura, esta não se fez acompanhar de uma diferente visão para o Ensino Superior, visão essa que passe, impreterivelmente, por um redefinir de prioridades por parte do Estado dando assim cumprimento a um dos principais direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, tendo igualmente no Ensino Superior, público, democrático e de qualidade, uma peça fundamental para uma estratégia de desenvolvimento do país.

Por outro lado, o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) aprovado em 2007, reduzindo a participação dos estudantes nos órgãos de decisão e ao permitir a adopção do Regime Fundacional, com a conseqüente entrada e intervenção de entidade externas nas IES, limita a participação democrática dos estudantes nos órgãos de gestão das mesmas, bem como desvirtua o carácter público e independente do Ensino Superior. Em consequência deste mesmo regime, verifica-se uma acentuada desresponsabilização do papel do Estado no financiamento e na regulação do Ensino Superior.

A Acção Social Escolar, directa e indirecta, que engloba a atribuição de bolsas, a concessão de empréstimos, o acesso à alimentação, ao alojamento e aos demais serviços de saúde, manifesta-se quantitativa e qualitativamente insuficiente face às necessidades actuais dos estudantes. Destas insuficiências, destaca-se a falta de uma verdadeira rede pública de alojamento que limita o seu acesso ao Ensino Superior. Por sua vez, as bolsas

continuam a ser atribuídas com atrasos, verificando-se na maioria dos casos a atribuição do valor da bolsa mínima cujo valor não dá resposta ao custo de vida anual dos estudantes.

Consideramos que face ao cenário de subfinanciamento crónico, elevados custos e restrição de representação estudantil nas IES urge afirmar a identidade e património de intervenção dos estudantes. Foi esta mesma identidade e património que permitiu a redução da propina, ainda que com limitações, bem como a entrada em vigor dos novos passes de transporte público de passageiro na AML e AMP.

De forma a representar a união dos estudantes dentro dos seus contextos singulares e das suas diferentes realidades, a AEFCSH e AEFLUL propõem a realização de cortejos académicos, de carácter reivindicativo, descentralizados por todo o país no dia 26 de Março. Pela importância histórica do Dia Nacional do Estudante, e pelo património de intervenção estudantil na luta pelos seus direitos, cabe ao Movimento Associativo mobilizar a comunidade estudantil, procurando vincular Associações estudantis, Federações e Associações Académicas, bem como agregar núcleos, tunas e demais grupos integrantes das suas comunidades.

Proponentes: AEFCSH; AEFLUL.

Endereçado a: Associações Académicas, Associações de Estudantes, Federações Académicas presentes em sede de ENDA; Presidência da República.